DECLARAÇÃO PARA INVESTIDURA EM CARGO efetivo

Eu,   , inscrito no CPF n.    , para fins de investidura em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, declaro que:

1. **DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO**
   1. Nos últimos 5 (cinco) anos meu(s) domicílio(s) (eleitoral, residencial e atividade profissional) foi(foram) no(s) município(s) de:

***(Cite todos os municípios em que viveu, trabalhou ou teve título de eleitor no período)***

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

1. DECLARAÇÃO SOBRE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

2.1 ( ) Estou ciente sobre as vedações à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, bem como acerca das exceções permitidas, de acordo com o disposto no art. 24da Constituição do Estado de Santa Catarina e no art. 37, XVI, da Constituição da República.

*(Preencha apenas o campo condizente com sua situação)*

2.1.1 ( ) **Não recebo proventos de aposentadoria e** **não exerço cargo, emprego ou função pública** em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal).

2.1.2 ( ) **Exerço cargo, emprego ou função pública** de   na instituição   , da esfera   , vinculado ao Regime de Previdência   e declaro que requeri exoneração do cargo que ocupo a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

2.1.3 ( ) **Exerço o cargo, emprego ou função pública** de   na instituição      , da esfera   , com jornada semanal de   horas, não comprometendo a minha posse, no cargo para o qual estou sendo nomeado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

2.1.4 ( ) **Recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública** de   da instituição   , da esfera

  , e declaro que solicitarei o cancelamento do benefício a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e apresentarei a comprovação no prazo de 15 dias, a contar da posse, sub pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

2.1.5 ( ) **Recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública** de   da instituição   , da esfera   , não comprometendo a minha posse, no cargo para o qual estou sendo nomeado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

1. **DECLARAÇÃO SOBRE PENALIDADE NO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

(*Preencha apenas a opção condizente com sua situação*)

3.1 ( ) Nunca exerci cargo, emprego ou função pública até o presente momento.

3.2 ( ) Exerci o(s) seguinte(s) cargo, emprego ou função pública:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Cargo efetivo?**  **(SIM ou NÃO)** | **Instituição** | **Esfera** | **Data exercício** | **Data exoneração** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

*(Caso tenha marcado o item 3.2, preencha apenas a opção condizente com sua situação*)

3.2.1 ( ) Não sofri quaisquer penalidades disciplinares no exercício dos cargos, empregos ou funções públicas acima mencionados.

3.2.2 ( ) No exercício de cargo, emprego ou função pública no(s) órgão(s) acima sofri a(s) seguinte(s) penalidade(s):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Instituição** | **Esfera** | **Penalidade** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

1. DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE COM A ADVOCACIA

4.1 ( ) Estou ciente da incompatibilidade da Advocacia com o exercício de cargo no Poder Judiciário, de acordo com o disposto no art. 28, IV, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994.

*(Preencha apenas o campo condizente com sua situação)*

4.1.1 ( ) Não possuo registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como Advogado(a).

4.1.2 ( ) Sou inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como Advogado(a), no entanto não exercerei atividade de advocacia a partir da minha posse no cargo para o qual estou sendo nomeado(a), ainda que em defesa do próprio interesse, e me comprometo a pedir cancelamento da minha inscrição na OAB, e enviarei o comprovante ao endereço eletrônico [scc.efetivos@tjsc.jus.br](mailto:scc.efetivos@tjsc.jus.br), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da posse no cargo efetivo no Poder Judiciário de Santa Catarina.

1. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

5.1 ( ) Declaro que sou servidor(a) do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e que, nos termos da Resolução GP n. 24/2013, inseri a declaração de bens e rendas no Sistema de Declaração de Bens e Rendas, razão pela qual encaminhei, junto com a documentação necessária à nomeação, o comprovante de envio emitido pelo sistema.

5.2 ( ) Não sou servidor(a) do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e estou ciente da obrigatoriedade de incluir no módulo de “Declaração de Bens e Renda” do Sistema de Gestão de Pessoas, declaração de bens conforme modelo padronizado do Poder Judiciário ou última declaração do Imposto de Renda, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da posse no cargo efetivo. Estou ciente de que deverei encaminhar o comprovante de envio emitido pelo sistema à Seção de Controle de Cargos. Estou ciente, ainda, que a não inclusão da documentação referida e o não encaminhamento do comprovante do envio emitido pelo sistema, no prazo estipulado, poderá tornar sem efeito o ato de nomeação.

\* O(a) servidor(a) deverá entrar no acesso restrito, aba “serviços”, item “Declaração de Bens e Renda”, clicar em “Enviar Declaração”, e selecionar, na última declaração de bens adicionada ao sistema, “**Emitir recibo de envio**”. Este documento é que deve ser encaminhado ao endereço eletrônico [scc.efetivos@tjsc.jus.br](mailto:scc.efetivos@tjsc.jus.br)

Para maiores informações acesse link a seguir: <https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/declaracao-de-bens-e-rendas?inheritRedirect=true>

  Cidade , Data de   Mês de  Ano .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura – assinar nesta página e rubricar nas demais)